



O Crédito no desenvolvimento da atividade cafeeira no município de Santa Margarida – MG

Gustavo Ferreira Carvalho

Orientador: José Carlos de Souza

Curso: Administração Período: 8º Área de Pesquisa: Finanças

RESUMO:

Dentre as atividades agrícolas realizadas no nosso país, a cafeicultura se destaca. A região das Matas de Minas Gerais, a qual faz parte o município de Santa Margarida é responsável pela produção de um café diferenciado e apreciado em todo país, todavia, a grande parte dos produtores são pequenos e médios cafeicultores que precisam no uso do crédito rural para custeio e investimento nas lavouras. Realizou-se uma pesquisa qualitativa, por meio da aplicação de questionário com cafeicultores da região de Santa Margarida - MG. Além disso, uma revisão de literatura que descreveu sobre o crédito rural e a atividade cafeeira. Conclui-se que o crédito rural é uma necessidade para o desenvolvimento da atividade, e que a burocracia se apresenta como uma das barreiras a sua aquisição. Fica assim demonstrado que o crédito rural possui relevância na região de Santa Margarida-MG, e que boa parte dos produtores já utilizaram e irão utilizá-lo futuramente. Sugere-se, aos trabalhos futuros, a ampliação da pesquisa realizada, aplicando o questionário a variados municípios das regiões das Matas de Minas Gerais, complementando e amplificando a pesquisa desenvolvida.

Palavras-chave: Crédito Agrícola. Pequenos e médios produtores. Cafeicultura.



1. INTRODUÇÃO

O Brasil se apresenta como um dos principais responsáveis pelo abastecimento de alimentos no mundo, desde os anos 2000 o agronegócio tem representado cerca de 20 a 25% do Produto Interno Bruto (PIB) (BNDES, 2016). Percebe-se, assim, a relevância do agronegócio para a economia brasileira, sendo assim, visando a promoção da atividade é válido que as instituições financeiras forneçam crédito para os produtores rurais visando a possibilidade de aquisição de maquinários, por exemplo, e conseqüentemente a continuidade e aumento da produção.

[...] o crédito rural financiou principalmente o custeio da produção – ajudando produtores a pagar por várias operações relacionadas à produção de grãos e/ou pecuária – preparação do solo, plantio de sementes, limpeza da área e colheita, entre outros – e também insumos agrícolas, como fertilizantes, sementes, herbicidas, ração e vacinas para animais. (BNDES, 2016, p. 162).

Dentre as atividades brasileiras do agronegócio o café se destaca. As lavouras de café da região de Santa Margarida- MG, nesse contexto, faz parte da denominada cafeicultura das montanhas, parte importante da produção de café do Estado de Minas Gerais, com boa produtividade (BESSA, 2013).

A realização do artigo se justifica, assim, diante da importância regional da cafeicultura, assim como também, do crédito rural para que a atividade possa continuar sendo promovida.

Dessa maneira, pode-se dizer que a justificativa para o desenvolvimento do presente artigo acadêmico está relacionada com a possibilidade de compreender de forma mais aprofundada a atividade cafeeira é influenciada pelo crédito rural, o que é importante para a região de Santa Margarida-MG, considerando o porte dos cafeicultores (pequenos e médios) e os obstáculos financeiros encontrados na execução de suas atividades. Sendo assim, a comunidade acadêmica e os interessados na área podem se beneficiar com uma reflexão crítica e análise prática da influência do crédito rural na manutenção da cafeicultura em Santa Margarida-MG.

A questão norteadora selecionada para o desenvolvimento foi “qual a influência do crédito rural na promoção e continuidade da atividade cafeeira em Santa Margarida- MG?”.

Assim foi definido como objetivo geral: Analisar o impacto de crédito rural na atividade cafeeira em Santa Margarida- MG. E como objetivos específicos: Conceituar o crédito rural e suas modalidades; compreender sobre a cafeicultura e sua relevância econômica; e relacionar o crédito rural com a continuidade e promoção da cafeicultura em Santa Margarida- MG.

Pretende-se realizar uma pesquisa quantitativa e qualitativa, por meio da aplicação de questionário com cafeicultores da região de Santa Margarida - MG. Além disso, uma revisão de literatura que descreva sobre o crédito rural e a atividade cafeeira.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Referencial Teórico

2.1.1. O crédito rural e suas modalidades

O crédito rural pode ser compreendido como os recursos financeiros que são disponibilizados pelas instituições financeiras do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e são utilizadas para o fortalecimento do setor rural, o incentivo a produção agrícola, desenvolvimento de atividades de pesca e florestais, estimula aos produtos agropecuários, além de quando aplicado a agricultura familiar propiciar a geração de renda (BRASIL, 2018).

Dessa forma, o crédito rural tem o seu uso voltado para custear, investir, comercializar e industrializar as atividades agropecuárias. Assim, o ciclo produtivo será financiado por esse tipo de crédito. O seu uso volta-se para a aquisição de máquinas ou outros bens e serviços. Nesse sentido, ele pode ser utilizado por produtores rurais ou cooperativas de produtores rurais, todavia, os estrangeiros, sindicatos rurais e produtores de grande escala (acima de dois milhões de reais) não poderão ser contemplados com essa modalidade de crédito (BRASIL, 2018).

Nesse contexto, pode-se classificar o crédito rural em três modalidades, sendo elas: crédito de custeio, crédito de investimento e crédito de comercialização. Conforme quadro 1.

QUADRO 1 – Modalidades do crédito rural

Crédito de custeio	Voltado para a cobertura de despesas relacionadas ao ciclo produtivo (compra de materiais até a colheita).
Crédito de investimento	Utilizado para compra de bens e serviços dotados de durabilidade (por exemplo, maquinário).
Crédito de comercialização	Forma de assegurar ao produtor rural que terá recursos para o abastecimentos e armazenamento de sua colheita.

Fonte: Brasil (2018).

Sendo assim, pode-se considerar o crédito rural como uma maneira de estímulo à produção agrícola, conforme Brasil (2008).

O crédito de custeio, conforme afirma o site do Banco do Brasil (2018, p.1) é direcionado para “adquirir sementes, fertilizantes, defensivos, vacinas, ração e outros



itens necessários, para o dia a dia da sua produção, seja ela agrícola ou pecuária”., sendo assim, essa modalidade de crédito permite que o agricultor realize as suas atividades do cotidiano, mais básicas, sem as quais não é possível produzir.

O crédito de investimento volta para a adequação da produção as tecnologias existentes na atualidade, podendo ser utilizada para renovação de maquinário, adequação do solo e das pastagens. Sendo que, de acordo com a legislação 25% do crédito rural deve ser utilizado para a modalidade de crédito, já que até o ano de 1998, o crédito rural volta-se apenas para o investimento e comercialização (SALAMONS, 2005).

O crédito de comercialização, por fim, viabiliza a comercialização, sendo que pode ser de pré-comercialização ou de comercialização:

O crédito de comercialização compreende: (Res 4.106, Res 4.666 art. 8º)

- a) pré-comercialização; (Res 4.106)
- b) desconto de Duplicata Rural (DR) e de Nota Promissória Rural (NPR); (Res 4.106)
- c) empréstimos a cooperativas para adiantamentos a associados, por conta de produtos entregues para venda, observados os preços de comercialização; (Res 4.106)
- d) Financiamento Especial para Estocagem de Produtos Agropecuários (FEE); (Res 4.666 art. 8º) (*)
- e) financiamento de proteção de preços e/ou prêmios de risco de equalização de preços, de que trata o MCR 7-1; (Res 4.106)
- f) financiamento para garantia de preços ao produtor (FGPP), de que trata o MCR 4-1. (Res 4.106)

O crédito de pré-comercialização: (Res 4.106)

- a) consiste no suprimento de recursos a produtores rurais ou a suas cooperativas para atender as despesas inerentes à fase imediata à colheita da produção própria ou de cooperados;
- b) visa a permitir a venda da produção sem precipitações nocivas aos interesses do produtor, nos melhores mercados, mas não pode ser utilizado para favorecer a retenção especulativa de bens, notadamente em caso de escassez de produtos alimentícios para o abastecimento interno;
- c) pode ser concedido isoladamente ou como extensão do custeio;
- d) tem prazo máximo de 240 (duzentos e quarenta) dias.

Dessa forma, por meio dessa modalidade de crédito, é possível que o produtor rural ou a cooperativa de produtores obtenham recursos que permitam a comercialização dos seus produtos. Sendo assim, será possível armazenar, estocar, garantir preços adequados, entre outros.

Em relação aos fatores que impactam na concessão do crédito pelo banco, Melo (2017) entende que a política de concessão do crédito rural tem como característica básica a interferência do Estado, sendo que a manutenção do oferecimento desse crédito é possível devido ao modelo de financiamento atual, em que as taxas de juros são baixas e fixas, além da possibilidade de refinanciar o débito. Ainda de acordo com o autor a inadimplência faz com que a capacidade de financiamento seja diminuída, além de prejudicar os cofres estatais.

Nota-se que, para o pequeno agricultor o crédito rural é de grande importância, sendo relevante por bastecer o mercado com uma série de produtos, empregar mão de obra, entre outros atributos que serão debatidos no próximo item, todavia, ressalta-se que o crédito representa a sobrevivência do setor.



2.1.2 A cafeicultura e sua relevância econômica

O café é parte do nosso cotidiano, nas escolas, nos lares, no trabalho, seja pela manhã ou qualquer outra hora do dia o seu consumo é bastante comum. Sendo que, o Brasil é mundialmente conhecido por sua produção de café, referência nesse mercado.

A entrada do café na economia brasileira e em nossa sociedade se deu em torno do século XVIII, todavia, a sua relevância econômica, em torno de 1860, em meados do século XIX. O café se fez presente após os ciclos do açúcar e do ouro, sendo que o denominado ciclo do café perdurou até a depressão ocorrida no ano de 1929. A função do café em nossa sociedade não se ateve apenas ao âmbito social, mas foi e ainda é responsável por mudanças de uma economia basicamente agrária para aquela que se tornou capitalista, assim, a cafeicultura promoveu a industrialização, e também o mercado interno de consumo (FERREIRA, 2016).

É nesse sentido que afirmamos ser o café um marco no processo histórico brasileiro de formação da economia nacional: ele está na origem e arraigado em nossa formação capitalista, o que explica tanto sua importância econômica quanto sua popularidade nos bares e cafés que cortam o país de norte a sul (FERREIRA, 2016, p.2)

Além disso, a forma de produção do café era totalmente adequada ao momento histórico vivido pelo Brasil no século XIX, já que precisava de um produto em que apenas a terra e a mão de obra disponível fossem suficientes, pois não detinha de capital. Desde então o café foi expandido, em relação a sua produção no nosso país, sendo fundamental para o desenvolvimento econômico brasileiro (FERREIRA, 2016).

O café continua sendo relevante na economia brasileira no século XXI, dado comprovado por meio do relatório mensal de exportações, referente a agosto de 2018, que o Brasil exportou 3,4 milhões de sacas de café, com crescimento de mais de 30% quando comparado ao exportado no mesmo período do ano de 2017. A receita cambial foi de US\$ 470,65 milhões, uma elevação de 10% em comparação ao mês de julho de 2018 (CECAFE, 2018).

Outros dados, publicados pelo Centro do Comércio de café do Estado de Minas Gerais, mercado de café brasileiro já exporta para 130 países, com os Estados Unidos, Alemanha e Itália, sendo que o foco, na atualidade, tem sido a Ásia. Interessante fato de que, mesmo os países que produzem café compram do Brasil, atraídos pela qualidade do produto, em que o aroma e sabor se destacam frente aos demais tipos de café.

Nesse contexto, apresenta-se o Estado de Minas Gerais, mais especificamente a região das Matas de Minas Gerais, a qual faz parte o município de Santa Margarida. Toda a Região das Matas de Minas Gerais é responsável pela produção de cerca de seis milhões de sacas, dados do ano de 2014, e possui grande representatividade no que tange a produção mineira de café (EMATER-MG, 2014).

Essa região, localizada na Figura 1, é marcada por uma produção com foco na sustentabilidade, qualidade artesanal e pela agricultura familiar, e dados publicados pelo site oficial da Região das Matas de Minas Gerais demonstram que Santa



Margarida- MG, pertence ao Conselho das Entidades do Café das Matas de Minas Gerais, que não possui finalidade lucrativa, é composta por 63 municípios e visa a qualidade, diversidade e produção do café artesanal (REGIÃO DAS MATAS DE MINAS, 2017).

FIGURA 1- Localização das Matas de Minas



Fonte: Região das Matas de Minas (2017)

Existe uma série de parceiros que auxiliam na promoção da atividade, sendo eles, nessa região das Matas de Minas Gerais, incluindo Santa Margarida- MG.

- ACIAM;
- COOCAFÉ;
- Sicoob Credicaf;
- Sicoob Credsudeste;
- Sicoob União;
- Sicoob Credlivre;
- SCAMG;
- Sindicato Rural, entre outros.

Entre as características do café da região, pode-se citar que são da variedade café arábica, que é de sabor adocicado, possuindo nuances cítricas, caramelada e achocolatada; além disso, possui aroma dotado de intensidade com notas florais, classificado de encorpado a muito encorpado (REGIÃO DAS MATAS DE MINAS, 2017).

FIGURA 2- Plantio de café em Santa Margarida



Fonte: Correia (2012)

Conforme expõe Rufino (2015) a produção de café no leste de Minas Gerais é bastante relevante economicamente, já que, é geradora de emprego. Nesse contexto, é interessante a realização de um estudo que permita avaliar como a atividade cafeeira é influenciada pelo crédito rural, uma vez que, pelo pesquisado, o café possui ampla importância economia brasileira e local.

2.2. Metodologia

O método de pesquisa utilizado para o presente estudo, foi a pesquisa descritiva, sendo o foco do estudo explicar a influência do crédito rural na atividade cafeeira no município de Santa Margarida-MG.

Gil (2008) esclarece que a pesquisa descritiva permite o trabalho com ideias e sua melhoria, assim, tendo como base o desenvolvimento de uma revisão de literatura atual sobre a atividade cafeeira e suas características na região.

Assim, de forma inicial foi desenvolvida a revisão de literatura que descreveu sobre o crédito rural e a atividade cafeeira.

Buscando a realização da pesquisa descritiva aplicou-se um questionário estruturado aos cafeicultores da região de Santa Margarida -MG, sendo que, foram selecionados para o estudo oito cafeicultores, que preencheram de forma presencial o questionário.

De acordo com Babbie (2001) o questionário estruturado tem como base questionamento pré-estabelecidos, dessa forma, os cafeicultores tiveram que se limitar as questões propostas, não sendo possível adicionar ideias posteriores ou acrescentar perguntas.

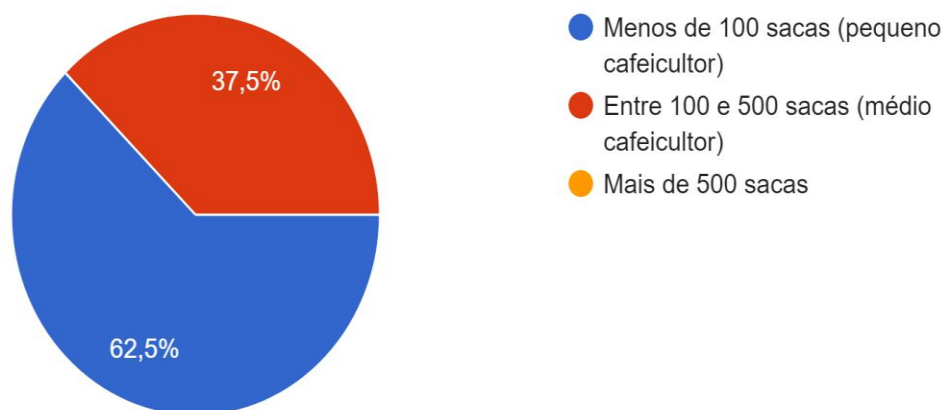
A análise das respostas obtidas por meio da aplicação foi realizada a luz de bibliografias relacionadas.

2.3 Discussão de Resultados

Foi aplicado o questionário a oito cafeicultores da região de Santa Margarida-MG de forma presencial, sendo que por meio dos questionários aplicados foi possível compreender que entre os participantes, de acordo com o gráfico 1, são em grande parte pequenos cafeicultores produzindo menos de 100 sacas, os agricultores que produzem entre 100 e 500 sacas representaram 37,5% dos participantes, e não houve participação de grande cafeicultores que produzissem mais de 500 sacas de café.

Esse dado apresenta semelhança com o estudo produzido por Vale et al (2014) também no estado de Minas Gerais, que identificou que a maioria dos cafeicultores brasileiros são pequenos e médios, caracterizando-se como agricultura familiar.

GRÁFICO 2 – Produção de café e classificação

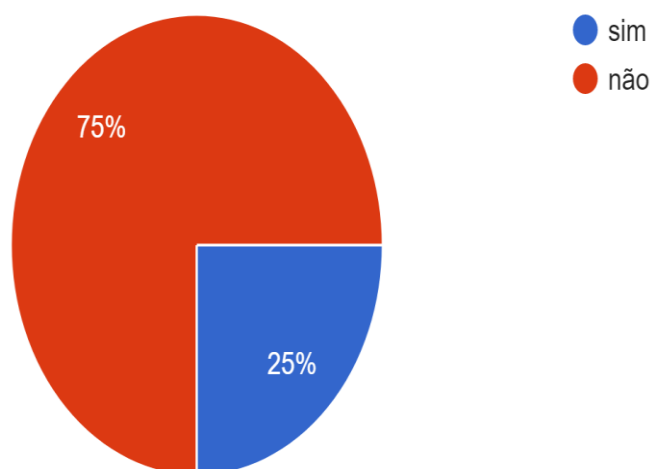


Fonte: Pesquisa do autor (2018).

Outro dos questionamentos realizados foi sobre a relação entre o local de moradia das famílias e a propriedade de cultivo, nesse caso, apenas 25% afirmaram residência na mesma propriedade em que é realizada a produção do café, conforme expõe o gráfico 2.

Wojciechowsk et al (2014) aponta que um dos requisitos para obtenção do crédito rural Pronaf, voltado para a agricultura familiar e a residência na propriedade de cultivo ou em local aproximado, o que a maior parte dos pesquisados não realizada.

GRÁFICO 2 – Residência familiar na propriedade de cultivo

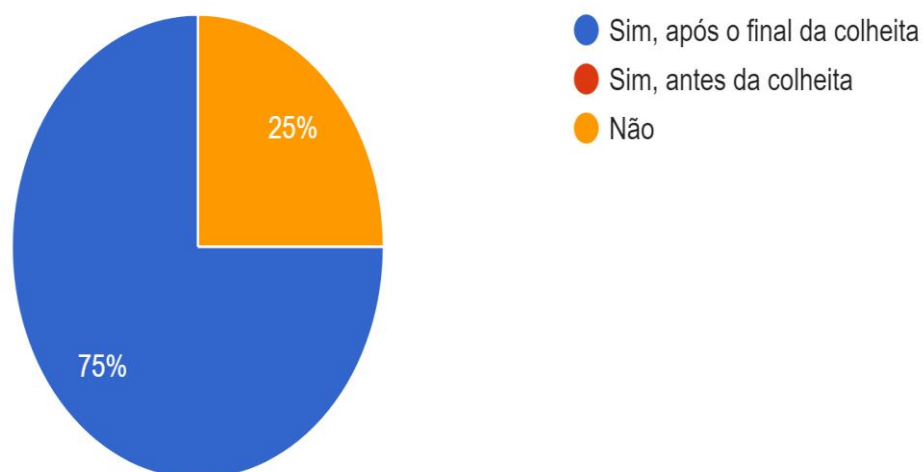


Fonte: Pesquisa do autor (2018).

No que se relaciona ao uso de mão de obra no período da colheita, 75% dos entrevistados afirmaram realizar contratações durante esse momento. Sendo que, todos os que realizam contratação realizam o pagamento dos colaboradores contratados após a finalização da colheita, com o próprio dinheiro que ganham com a produção, nenhum deles opta pelo pagamento antes da finalização da colheita e 25% realiza a atividade sem contratação de funcionários, de acordo com o gráfico 3.

A realização dessa contratação, de acordo com o que expõe Pelegrini e Simões (2011) está relacionada como fato de que as máquinas voltadas para a realização da colheita do café, tecnologia amplamente utilizada em muitos locais, não se adequa a regiões montanhosas, e por não serem adequadas é essencial a contratação de funcionários para realizá-la, os autores ainda destacam sobre o custo elevado da mão de obra, caracterizando cerca de 50% dos custos totais da produção.

GRÁFICO 3 – Uso de mão de obra contratada e forma de pagamento

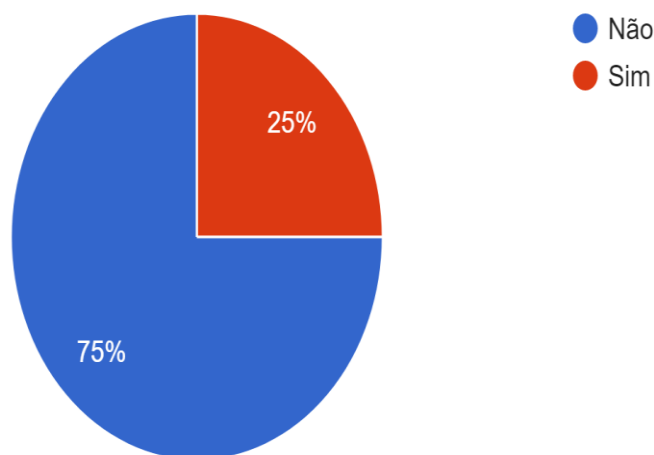


Fonte: Pesquisa do autor (2018).

Além disso, questionou-se os cafeicultores sobre a participação em cooperativas, e foi possível identificar que apenas 25% participam desse tipo de associação, conforme o gráfico 4.

Ressalta-se que, conforme expõe Vale et al (2014) a possibilidade de participação de uma cooperativa ou associação é positiva aos cafeicultor, já que possibilita a eliminação de intermediação de transações necessários, por exemplo, para a compra de itens necessários, equipamentos, entre outros, facilitando que o cafeicultor, sobretudo, o pequeno e médio, caso dos participantes da pesquisa, possam elevar a competitividade e participação no mercado.

GRÁFICO 4 – Participação em cooperativas

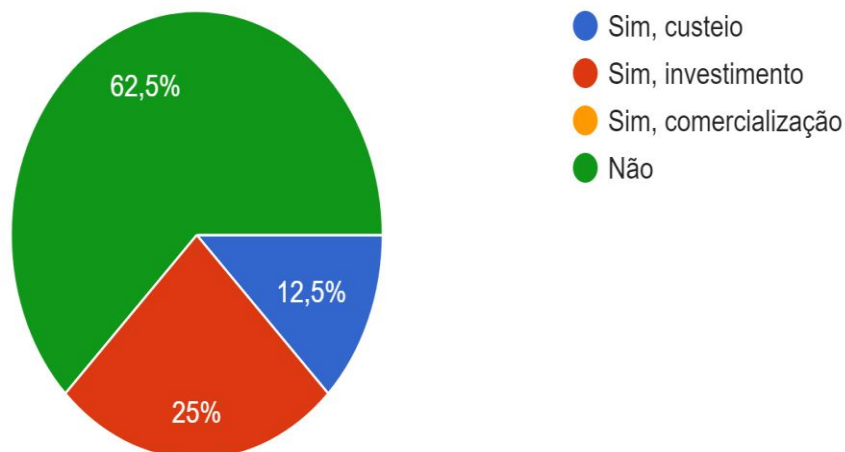


Fonte: Pesquisa do autor (2018).

Relacionado ao uso de crédito rural, percebeu-se que 62,5% ainda não fizeram uso desse tipo de empréstimo, sendo que dos 37,5% que já fizeram uso do crédito rural 25% utilizou para investimentos, e 12,55% para custeio, nenhum dos participantes usou o crédito rural para comercialização.

Leite (2015) aponta que o crédito rural de investimento e de custeio são mais utilizados do que o de comercialização, na sua pesquisa 55% realizaram compras para as propriedades e 27,7% custearam a produção, um pequeno grupo de 16,6% usou os recursos do crédito rural para a comercialização.

GRÁFICO 5 – Uso do crédito rural e tipos.





Fonte: Pesquisa do autor (2018).

Buscando identificar a importância do crédito rural para os pesquisados, questionou-se sobre a classificação dada para o uso do crédito rural e sua importância no desenvolver das atividades na propriedade do cafeicultor, 50% dos cafeicultores afirmaram que o crédito rural é fundamental, outros 25% que é necessário, sendo que 12,5 afirmaram ser parcialmente necessário ou desnecessário.

Convidados a justificar a resposta dada acima, aqueles que consideraram o crédito rural como fundamental ou necessário afirmaram que:

Possibilita benefícios para o cafeicultor (1)

É fundamental para a manutenção da lavoura (2)

É fundamental para melhorar o desempenho (3)

É necessário para o desenvolvimento (4)

Porque ajuda a pagar o café (5)

Por causa das despesas com a lavoura (6)

Um dos participantes que considerou como parcialmente necessário afirmou que:

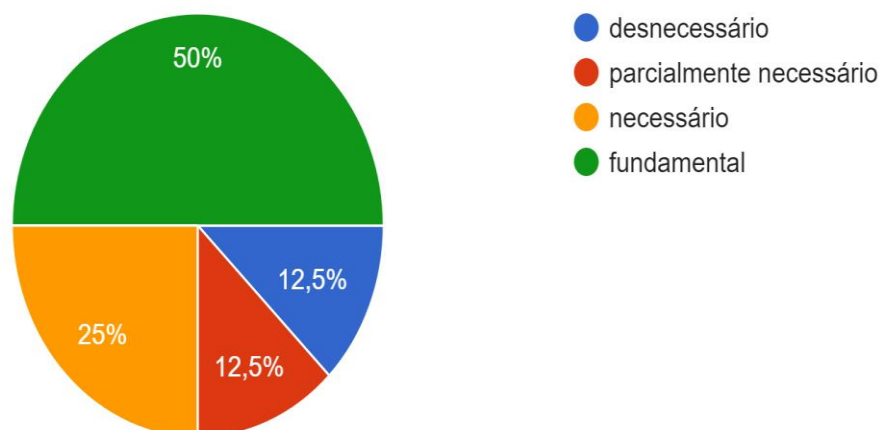
É uma possibilidade se um dia precisar (7)

O que considera como desnecessário compreende que:

Não utilizou (8)

Sobre a temática da relevância do crédito rural para os pequenos e médios produtores Leite (2015) entende que é o crédito funciona como um instrumento importante para o desenvolvimento das atividades, pois possibilita que os cafeicultores possam adquirir novos equipamentos, custear a produção, e que as instituições financeiras tem diminuídos os juros e dado prazos de carência mais elevados.

GRÁFICO 6 – classificação da importância do crédito rural no desenvolvimento da cafeicultura



Fonte: Pesquisa do autor (2018).

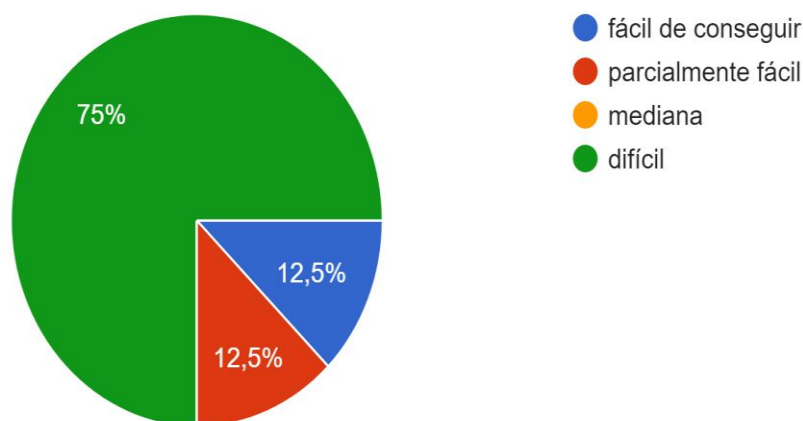
No que se relaciona a burocracia encontrada para aquisição do crédito rural pelos cafeicultores do município pesquisado que 75% consideram o processo como difícil sobretudo para os pequenos cafeicultores. Sendo essa uma das barreiras para a utilização, de acordo com o gráfico 7.

Wojciechowski et al (2014, p.149) considera que o crédito é burocrático e possui limitações, já que:

impossibilidade de sugestões de melhorias no processo de concessão de crédito efetuado pelo BNDES, em função de questões burocráticas, bem como por serem decisões tomadas pelo poder público federal, em conjunto com órgãos reguladores do sistema financeiro nacional.

Destaca-se, assim, que a burocracia se apresenta como um ponto negativo e que funciona como barreira para que o cafeicultor de menor porte possa desenvolver e ampliar as suas atividades.

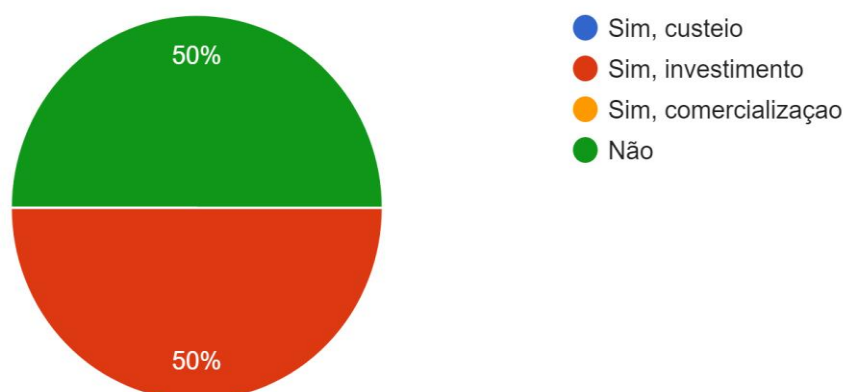
GRÁFICO 7 – Burocracia para o crédito rural



Fonte: Pesquisa do autor (2018).

Mesmo cientes das dificuldades advindas da burocracia no processo de uso do crédito rural, metade dos participantes da pesquisa desejam adquirir itens de investimento por meio do crédito rural, conforme expõe o gráfico 8.

GRÁFICO 8– Aquisições futuras com uso do crédito rural



Fonte: Pesquisa do autor (2018).

De acordo com o que aponta Leite (2015) o crédito rural de investimento volta-se para uso em bens ou serviços de maior durabilidade e que possibilitam o crescimento do produtor de pequeno e médio porte, sendo que, de acordo com o autor o crédito rural de investimento é um dos mais utilizados pelos produtores.

3. CONCLUSÃO

Tendo como base o objetivo inicial de avaliar a importância do crédito rural para os cafeicultores da região de Santa Margarida-MG, pode-se considerar que o grupo de cafeicultores existentes do município é formado por um grupo de pequenos e médios agricultores com produção menor que 500 sacas, uma pequena parte desses produtores moram no local em que produzem o café, e em sua maioria fazem uso de mão de obra contratada para a colheita, o que consome grande parte dos recursos obtidos por meio da produção.

A participação em cooperativas ainda não é ampla, entre os pesquisados, e considera-se, sugestivamente, que esses produtores sem unam em associações e cooperativas, colhendo benefícios conforme Vale et al (2014) entende ser possível.

Destaca-se que, entre os pesquisados apenas uma pequena parte não acredita na importância do crédito rural, e sua maioria já o utilizou para realização de atividades de investimento e custeio das lavouras, sobretudo, a burocracia, continuou sendo citada como uma barreira limitadora do acesso ao crédito, mesmo a considerando assim, parte dos participantes ainda deseja adquirir itens por meio do uso do crédito rural.

Fica assim demonstrado que o crédito rural possui relevância na região de Santa Margarida-MG, e que boa parte dos produtores já utilizaram e irão utilizá-lo futuramente.

Sugere-se, aos trabalhos futuros, a ampliação da pesquisa realizada, aplicando o questionário a variados municípios da região das Matas de Minas Gerais, complementando e ampliando a pesquisa desenvolvida.



4. REFERÊNCIAS

BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

BANCO DO BRASIL. **Pronaf Custeio**.2018. Disponível em <<https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/agronegocios/agronegocio---produtos-e-servicos/credito/credito-para-custeio/pronaf-custeio#/>>. Acesso em: 27 set. 2018.

BESSA, Flávia. **Café é a segunda bebida mais consumida no Brasil**.2013.Disponível em < <https://www.embrapa.br/noticias>>. Acesso em: 25 set. 2018.

BNDES. Crédito rural no Brasil: desafios e oportunidades para a promoção da agropecuária sustentável. Revista **do BNDES** 45, junho 2016.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Manual De Crédito Rural**. Volume único: Brasília.

CECAFE. **Relatório mensal de exportações**: agosto 2018. 2018. Disponível em < <https://www.cecafe.com.br/publicacoes/relatorio-de-exportacoes/>> Acesso em: 27 set. 2018.

CORREIA, Rogério. **BID dá uma força aos pequenos**.2012. Disponível em < <http://www.rogeriocorreia.com.br/noticia/bid-da-uma-forca-para-os-pequenos/>> Acesso em: 25 set. 2018.

EMATER-MG. **Emater - MG no Simpósio sobre Cafeicultura de Montanha, em Manhuaçu**. 2014. Disponível em < http://www.emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=site_tpl_paginas_internas&id=13305#.W7URkmhKjIU> Acesso em: 25 set. 2018.

FERREIRA, Márcio. **A importância do café na origem da economia brasileira**. 2016.Disponível em < <https://jornalggn.com.br/noticia/a-importancia-do-cafe-na-origem-da-economia-brasileira-por-marcio-ferreira>>. Acesso em 23 set. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEITE, Daniel Gomes. **A importância do crédito rural para os pequenos produtores: estudo realizado no município de Queimadas-PB**.2015. 17f. Trabalho de conclusão de curso- curso de ciências contábeis, Universidade Estadual da Paraíba, Campinas Grande, 2015.

MELO, Lucas Braga de; RESENDE FILHO, Moisés de Andrade. Determinantes do Risco de Crédito Rural no Brasil: Uma Crítica às Renegociações da Dívida Rural. **Rev. Bras. Econ.**, Rio de Janeiro, v. 71, n. 1, p. 67-91, Mar. 2017.



REGIÃO DAS MATAS DE MINAS GERAIS. **A região**. 2017. Disponível em <<http://www.matasdeminas.org.br/>> Acesso em 23 set. 2018.

PELEGRINI, D. F; SIMÕES, J. C. Desempenho e problemas da cafeicultura no Estado de Minas Gerais: 1934 a 2009. **Campo-Território: revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 6, n. 12, p.183-199, ago./2011.

RUFINO, José Luís. **Matas de Minas: uma região produtora de café em movimento**. 2015. In: Cafeicultura. Disponível em <<https://www.cafepoint.com.br/radares-tecnicos/gerenciamento/matras-de-minas-uma-regiao-produtora-de-cafe-em-movimento-94511n.aspx>> Acesso em: 27 set. 2018.

SALAMONS, Liane Cristine. **Análise dos créditos disponíveis ao setor agropecuário**. (Monografia).85 f. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005. Disponível em <<http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis294327.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2018.

VALE, Ana Rute; et al. A cafeicultura em minas gerais: estudo comparativo entre as regiões Triângulo mineiro-alto Paraíba e sul-sudeste. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-23, jun., 2014.

WOJCIECHOWSKI, Ruan Cristian; LEITE, Anderson; SEHNEM, Simone; BERNARDY, Rógis. Análise da concessão de crédito rural pelo BNDES vinculado aos elementos de sustentabilidade. **Revisit Estudos do CEPE**, Santa Cruz do Sul, n. 40, P. 137-167, 2014.

ANEXOS

Anexo A- Questionário

1. Qual a sua produção de café? Classifica-se como pequeno, médio ou grande cafeicultor?
2. Você e sua família residem na mesma propriedade em que realiza o cultivo?
3. De forma geral necessita de alguma mão de obra no período de colheita? Se sim, como é feito o pagamento?
4. Você participa de alguma cooperativa?
5. Já utilizou algum crédito bancário voltado para a sua atividade? Se sim, qual (custeio, comercialização ou investimento)?
6. Como classificaria a importância do crédito rural no desenvolvimento das atividades da sua propriedade?



- desnecessário
 - parcialmente necessário
 - necessário
 - fundamental
7. Por que classifica dessa maneira?
8. Como identifica a burocracia para aquisição do crédito rural?
- fácil de conseguir
 - parcialmente fácil
 - mediana
 - difícil
9. Deseja realizar algum tipo de aquisição futura por meio do crédito rural? Se sim, qual?